

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	20
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	53
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	55
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	56
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	4.763
Preferenciais	0
Total	4.763
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	1.982.872	1.563.997
1.01	Ativo Circulante	321.943	790.986
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	215.173	195.118
1.01.02	Aplicações Financeiras	68.650	16.340
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	68.650	16.340
1.01.03	Contas a Receber	33.625	549.346
1.01.03.01	Clientes	32.971	24.266
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	654	525.080
1.01.03.02.01	Contas a receber e outros recebíveis - partes relacionadas	654	525.080
1.01.06	Tributos a Recuperar	910	28.170
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	910	28.170
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.723	922
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	1.723	922
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.862	1.090
1.01.08.03	Outros	1.862	1.090
1.01.08.03.03	Outros Créditos	1.862	1.089
1.01.08.03.04	Adiantamentos a Fornecedor	0	1
1.02	Ativo Não Circulante	1.660.929	773.011
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.045.425	104.971
1.02.01.04	Contas a Receber	489	6
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	489	6
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	13	3
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	1.011.962	103.966
1.02.01.09.04	Contas a receber e outros recebíveis - partes relacionadas	1.011.962	103.966
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	32.961	996
1.02.01.10.03	Depositos Judiciais	216	296
1.02.01.10.04	Impostos a recuperar	32.745	700
1.02.03	Imobilizado	33.795	34.252
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.191	3.285
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	29.604	30.967
1.02.04	Intangível	581.709	633.788
1.02.04.01	Intangíveis	581.709	633.788
1.02.04.01.02	Intangíveis	580.620	633.788
1.02.04.01.03	Intangível em Andamento	1.089	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	1.982.872	1.563.997
2.01	Passivo Circulante	313.384	272.309
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.800	5.859
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.800	5.859
2.01.02	Fornecedores	11.625	13.104
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	11.625	13.104
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	6.977	7.499
2.01.02.01.02	Cauções Contratuais	4.648	5.605
2.01.03	Obrigações Fiscais	23.276	25.686
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	20.910	23.416
2.01.03.01.02	Imposto de Renda a Pagar	13.166	15.252
2.01.03.01.03	Contribuição Social a Pagar	5.379	5.740
2.01.03.01.04	Outras Obrigações Fiscais Federais	2.365	2.424
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.366	2.270
2.01.03.03.01	Imposto sobre serviços	2.366	2.270
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	253.451	212.651
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	207.643
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	207.643
2.01.04.02	Debêntures	253.451	5.008
2.01.04.02.01	Debêntures não conversíveis em ações	253.451	5.008
2.01.05	Outras Obrigações	17.506	11.515
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.099	3.143
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	248	146
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	2.851	2.997
2.01.05.02	Outros	14.407	8.372
2.01.05.02.04	Credores pela Concessão	917	816
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	3.111	1.591
2.01.05.02.06	Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	8.518	2.314
2.01.05.02.08	Risco sacado	0	659
2.01.05.02.09	Arrendamento mercantil a pagar (CPC 06 (R2))	1.861	2.992
2.01.06	Provisões	726	3.494
2.01.06.02	Outras Provisões	726	3.494
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	726	3.494
2.02	Passivo Não Circulante	1.326.655	1.046.379
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.290.846	1.011.350
2.02.01.02	Debêntures	1.290.846	1.011.350
2.02.01.02.01	Debêntures não Conversíveis em Ações	1.290.846	1.011.350
2.02.02	Outras Obrigações	28.593	28.093
2.02.02.02	Outros	28.593	28.093
2.02.02.02.05	Arrendamento mercantil a pagar (CPC 06 (R2))	28.593	28.093
2.02.03	Tributos Diferidos	4.635	4.525
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.635	4.525
2.02.04	Provisões	2.581	2.411
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.588	2.411
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	186	680

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.402	1.731
2.02.04.02	Outras Provisões	993	0
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	993	0
2.03	Patrimônio Líquido	342.833	245.309
2.03.01	Capital Social Realizado	129.625	129.625
2.03.04	Reservas de Lucros	115.684	115.684
2.03.04.01	Reserva Legal	25.925	25.925
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	89.759	89.759
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	97.524	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	130.917	361.187	115.759	324.468
3.01.01	Receita dos Serviços	130.917	361.187	115.759	324.468
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-53.862	-160.322	-51.756	-156.510
3.02.01	Custos dos Serviços Prestados	-49.586	-144.757	-47.041	-135.561
3.02.02	Custos dos Serviços de Construção	-4.276	-15.565	-4.715	-20.949
3.03	Resultado Bruto	77.055	200.865	64.003	167.958
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.113	-18.358	-6.945	-19.125
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.476	-19.017	-6.995	-19.259
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-6.476	-19.017	-6.995	-19.259
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	363	659	50	134
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	363	659	50	134
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	70.942	182.507	57.058	148.833
3.06	Resultado Financeiro	-9.716	-27.802	-7.827	-7.632
3.06.01	Receitas Financeiras	19.337	37.522	6.655	39.233
3.06.02	Despesas Financeiras	-29.053	-65.324	-14.482	-46.865
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-29.022	-65.293	-14.397	-46.780
3.06.02.02	Variação cambial líquida	-31	-31	-85	-85
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	61.226	154.705	49.231	141.201
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-19.853	-49.881	-15.971	-44.678
3.08.01	Corrente	-20.192	-49.771	-15.895	-43.486
3.08.02	Diferido	339	-110	-76	-1.192
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	41.373	104.824	33.260	96.523
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	41.373	104.824	33.260	96.523
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	8,6863	22,008	6,983	20,2652
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.99.02.01	ON	8,6863	22,008	6,983	20,2652

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	41.373	104.824	33.260	96.523
4.03	Resultado Abrangente do Período	41.373	104.824	33.260	96.523

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2021 à 30/09/2021	01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	220.229	204.816
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	238.965	211.747
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	104.824	96.523
6.01.01.03	Baixa de Ativos Imobilizados e Intangíveis	2.407	502
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	110	1.192
6.01.01.05	Variação Monetária e Juros s/ Credores da Concessão	0	3
6.01.01.07	Juros e variações monetárias de empréstimos	3.360	5.226
6.01.01.08	Juros e variações monetárias de debêntures	56.942	38.488
6.01.01.09	Juros e variações monetárias de mútuos e debêntures privadas	-27.408	-22.257
6.01.01.10	Despesa Financeira (valor presente)	2.400	396
6.01.01.11	Constituição (reversão) de Provisão Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	493	1.047
6.01.01.12	Constituição (reversão) de Provisão para manutenção	27.148	25.187
6.01.01.13	Depreciações e Amortizações	68.689	65.440
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-18.736	-6.931
6.01.02.01	Contas a Receber	-9.172	-4.518
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	-211	-276
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-811	142
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	-2.088	-2.969
6.01.02.07	Outros Créditos	-773	2.124
6.01.02.08	Imposto de renda e contribuição social pagos	-51.052	-39.775
6.01.02.09	Depósitos Judiciais	80	76
6.01.02.11	Fornecedores	-1.470	-336
6.01.02.12	Fornecedor - partes relacionadas	-79	261
6.01.02.13	Cauções Contratuais	322	-325
6.01.02.14	Obrigações Sociais	941	1.787
6.01.02.15	Obrigações Fiscais	46.946	38.501
6.01.02.17	Credores pela Concessão	101	53
6.01.02.18	Riscos cíveis trabalhistas, fiscais e regulatórios	-1.316	-792
6.01.02.19	Custo de transação - Empréstimos	-1.674	72
6.01.02.20	Outras contas a pagar	1.520	-956
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-97.733	-13.365
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	-1.353	-291
6.02.02	Adições ao Intangível	-44.070	-48.178
6.02.03	Aplicações Financeiras	-52.310	35.104
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-102.441	-115.319
6.03.01	Risco sacado - captação	3.433	3.108
6.03.02	Risco sacado - pagamento	-4.096	-3.118
6.03.03	Captações de empréstimos	0	200.000
6.03.04	Pagamentos empréstimo - principal	-200.000	0
6.03.05	Pagamentos empréstimo - juros	-11.335	0
6.03.07	Liberação de empréstimos empresas ligadas	-360.000	0
6.03.10	Captações de empréstimos empresas ligadas	18.000	0
6.03.11	Pagamentos empréstimos empresas ligadas - principal	-18.000	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.03.12	Pagamentos empréstimos empresas ligadas - juros	-74	0
6.03.13	Emissão de debêntures	500.000	0
6.03.14	Pagamentos debêntures - principal	0	-200.000
6.03.15	Pagamentos debêntures - juros	-26.997	-37.707
6.03.17	Dividendos propostos	0	-76.368
6.03.19	Pagamento de credores pela concessão	0	-800
6.03.20	Pagamento arrendamento mercantil	-3.372	-434
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	20.055	76.132
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	195.118	100.821
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	215.173	176.953

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	129.625	0	115.684	0	0	245.309
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	129.625	0	115.684	0	0	245.309
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-7.300	0	-7.300
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-7.300	0	-7.300
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	104.824	0	104.824
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	104.824	0	104.824
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	129.625	0	115.684	97.524	0	342.833

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	129.625	0	102.293	0	0	231.918
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	129.625	0	102.293	0	0	231.918
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-76.368	-8.761	0	-85.129
5.04.06	Dividendos	0	0	-76.368	0	0	-76.368
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-8.761	0	-8.761
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	96.523	0	96.523
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	96.523	0	96.523
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	129.625	0	25.925	87.762	0	243.312

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2021 à 30/09/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.01	Receitas	396.296	352.382
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	368.719	324.875
7.01.02	Outras Receitas	27.577	27.507
7.01.02.01	Receitas dos Serviços de Construção	15.565	20.949
7.01.02.02	Receitas Acessórias	12.012	6.558
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-82.700	-85.863
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-16.806	-16.318
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-10.089	-10.353
7.02.04	Outros	-55.805	-59.192
7.02.04.01	Custos dos Serviços de Construção	-15.565	-20.949
7.02.04.02	Custo da Concessão	-9.311	-7.927
7.02.04.03	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-27.148	-25.187
7.02.04.04	Outros	-3.781	-5.129
7.03	Valor Adicionado Bruto	313.596	266.519
7.04	Retenções	-68.689	-65.440
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-68.689	-65.440
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	244.907	201.079
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	37.491	39.148
7.06.02	Receitas Financeiras	37.522	39.233
7.06.03	Outros	-31	-85
7.06.03.02	Outros	-31	-85
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	282.398	240.227
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	282.398	240.227
7.08.01	Pessoal	29.397	24.364
7.08.01.01	Remuneração Direta	23.396	19.170
7.08.01.02	Benefícios	4.571	4.098
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.430	1.096
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	82.652	72.591
7.08.02.01	Federais	63.822	56.019
7.08.02.02	Estaduais	1	1
7.08.02.03	Municipais	18.829	16.571
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	65.451	46.749
7.08.03.01	Juros	60.302	43.714
7.08.03.02	Aluguéis	369	105
7.08.03.03	Outras	4.780	2.930
7.08.03.03.03	Outras Despesas Financeiras	4.780	2.930
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	104.824	96.523
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	7.300	8.761
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	97.524	87.762
7.08.05	Outros	74	0
7.08.05.01	Juros - Debêntures Privadas e Mútuos	74	0

Comentário do Desempenho



Araras, de 10 de novembro 2021 – A Intervias S/A, (“Sociedade”) do Grupo Arteris, comenta seu resultado do terceiro trimestre de 2021, período encerrado em 30 de setembro de 2021. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Sociedade declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. (“KPMG”) sobre as Informações Trimestrais da Sociedade – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2021.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado:

O volume do tráfego pedagiado no 3T21 foi de 16,6 milhões de veículos equivalentes, apresentando um aumento de 3,0% quando comparado com 3T20 e 6,6% quando comparado com o 2T21. As variações refletem a melhora no cenário da pandemia indicando melhora na atividade econômica.

Em relação aos 9M21 o volume de tráfego pedagiado foi de 46,8 milhões de veículos equivalentes, apresentando um aumento de 7,7% quando comparado aos 43,4 milhões dos 9M20.

Receita Operacional Bruta:

A Sociedade obteve uma receita bruta total no 3T21 de R\$142,8 milhões, apresentando aumento de R\$16,5 milhões ou 13,1% quando comparado ao 3T20 e R\$ 14,7 milhões ou 11,5% quando comparado ao 2T20. Em relação ao 9M21, a receita bruta total, apresentou aumento de R\$41,6 milhões ou 11,8%. As principais variações são as que seguem:

- ✓ A receita de pedágio apresentou um aumento de R\$16,2 milhões ou 13,6% em comparação ao 3T20 e R\$ 16,9 milhões ou 14,2% se comparado com 2T21, impactado principalmente pelo acréscimo no tráfego e pelo reajuste aplicado com base no IPCA de 8,05% sobre as tarifas de

Comentário do Desempenho



pedágio realizada em 01 de julho de 2021. Em relação aos 9M21 a receita de pedágio apresentou um aumento de R\$43,8 milhões ou 13,5% em comparação aos 9M20.

- ✓ As receitas de obras apresentaram uma redução de R\$0,4 milhão ou 9,3% em comparação ao 3T20 e R\$1,6 milhão ou 27,8% se comparado com 2T21. Em relação aos 9M21, foi observado uma redução de R\$5,4 milhões ou 25,7% em relação aos 9M20. As reduções são reflexos das realizações das obras de manutenção de pavimento, realizadas de acordo com o cronograma de obras, pela conclusão das obras de duplicação da SP-191 e finalização da 3ª intervenção de pavimento dos trechos concessionados, como também, devido a finalização da sinalização horizontal da rodovia. Os mesmos valores apresentados como receitas de obras são apresentados como custo de construção e não geram efeitos no resultado.

Custos e Despesas Operacionais:

Os custos e despesas totais no 3T21 (excluído depreciação e amortização) aumentou R\$0,2 milhão ou 0,5% em comparação ao mesmo período do ano anterior e reduziu R\$1,1 milhão ou 2,8% em comparação ao 2T21, justificados pelos seguintes fatores:

- ✓ Aumento nos custos operacionais dos serviços prestados (R\$1,1 milhão), pode ser atribuído principalmente pelo aumento na rubrica de pessoal, em função do aumento na demanda de mão-de-obra temporária necessária para substituir os colaboradores enquadrados no grupo de risco da COVID-19. Na comparação com o 2T21 houve redução influenciado principalmente redução dos custos com conservação de rotina tais como roçada e limpeza da faixa de domínio;
- ✓ Redução dos custos de serviços de construção de R\$ 0,4 milhão na comparação ao 3T20 e R\$ 1,6 milhão na comparação com 2T21, as variações são devidas a realização menor de obras de manutenção de pavimento, realizadas de acordo com o cronograma de obras, pela conclusão das obras de duplicação da SP-191 e finalização da 3ª intervenção de pavimento dos trechos concessionados, como também, devido a finalização da sinalização horizontal da rodovia;
- ✓ Redução nas despesas administrativas de R\$0,7 milhão em relação ao 3T20, é devido principalmente pela variação observada na rubrica de contingências. Na comparação com o 2T21 houve aumento de R\$ 0,6 milhão devido principalmente aumento com despesas de manutenção e conservação, contingências e transportes;
- ✓ Aumento na provisão de manutenção de R\$0,6 milhão na comparação com o 3T20 e 2T21, devido a readequação do cronograma das intervenções.

Comentário do Desempenho



Os custos e despesas totais no 9M21 (excluído depreciação e amortização) reduziram R\$0,2 milhão ou 0,2% em comparação ao mesmo período do ano anterior justificados pelos seguintes fatores:

- ✓ Aumento nos custos operacionais dos serviços prestados (R\$4,4 milhões), pode ser atribuído principalmente pelo aumento na rubrica de pessoal, em função do aumento na demanda de mão-de-obra temporária necessária para substituir os colaboradores enquadrados no grupo de risco da COVID-19;
- ✓ Redução de R\$ 5,4 milhões com os custos de serviços de construção devido as conclusões das obras de duplicação da SP-191 e finalização da 3ª intervenção de pavimento dos trechos concessionados, como também, devido a finalização da sinalização horizontal da rodovia;
- ✓ Redução nas despesas administrativas (R\$0,6 milhão), principalmente pela variação em contingências se comparado ao mesmo período do ano anterior;
- ✓ Aumento na provisão de manutenção (R\$2,0 milhões), devido a readequação do cronograma de intervenções;

EBITDA e EBITDA Ajustado:

O EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) no 3T21 apresentou um acréscimo de 18,9% e 18,1% respectivamente em comparação ao 3T20 e 2T21, e no 9M21 apresentou um aumento de 17,2% em comparação ao 9M20. Estas variações estão relacionadas ao aumento da receita de pedágio e pela redução das despesas administrativas.

O EBITDA ajustado do 3T21 apresentou aumento de 17,5% e 16,8% respectivamente em relação ao 3T20 e 2T21, e no 9M21 houve um acréscimo de 16,2% se comparado ao 9M20. São reflexos do aumento da receita de pedágio observado.

Resultado Financeiro:

A Sociedade obteve no 3T21 um resultado financeiro líquido negativo de R\$9,7 milhões, apresentando uma piora de R\$1,9 milhões no resultado em relação ao 3T20 e de R\$1,0 milhão no resultado em comparação ao 2T21. E em comparação ao 9M20 houve uma piora de R\$ 20,2 milhões. As principais variações foram:

- ✓ As receitas financeiras apresentaram um aumento de R\$12,7 milhões e R\$ 8,3 milhões em comparação respectivamente ao 3T20 e 2T21, essa variação deve-se principalmente ao

Comentário do Desempenho



reconhecimento dos juros referente aos contratos de debêntures privadas celebrados com a Arteris, como também, pela variação positiva dos indexadores das aplicações financeiras. E em comparação ao 9M20 foi apresentado uma redução de 1,7 milhões em função de maiores receitas com recuperação de créditos fiscais de PIS e COFINS sobre receitas financeiras registrados no primeiro trimestre de 2020;

- ✓ As despesas financeiras apresentaram um aumento de R\$14,6 milhões, R\$9,3 milhões e R\$18,5 milhões em comparação ao 3T20, 2T21 e 9M20 respectivamente, esse aumento é justificado principalmente pela nova captação de debêntures públicas no montante de R\$500 milhões, em contrapartida houve o pagamento de juros sobre o contrato da 7ª emissão de debêntures pública. O aumento na despesa com juros é justificado principalmente pelo aumento dos indicadores que as debêntures estão atreladas tais como IPCA e CDI.

Lucro Líquido:

A Sociedade obteve lucro de R\$41,4 milhões no 3T21 e R\$104,8 milhões no 9M21, apresentando um acréscimo de 24,4%, 27,2% e 9,0% quando comparado ao 3T20, 2T21 e 9M20 respectivamente, sendo os principais fatores a melhora no EBITDA impulsionado por maiores receitas de pedágio.

Endividamento:

A Intervias encerrou o 3T21 com um endividamento bruto de R\$1,5 bilhão, apresentando um aumento de 26,4% e 1,2% em comparação com o 3T20 e 2T21 respectivamente. O aumento da dívida bruta é devida em função da captação da 8ª emissão de Debêntures no valor de R\$500 milhões para liquidação da 2ª emissão de Notas Promissórias no valor de R\$ 200 milhões, além das variações nos índices financeiros atrelado as dívidas.

O endividamento líquido da Sociedade passou de R\$1,0 bilhão no 3T20 para R\$1,3 bilhão no 3T21, em função da captação da 8ª emissão de debêntures.

Investimentos:

No período findo em 30 de setembro de 2021, foram investidos R\$15,7 milhões em ativos imobilizados e intangíveis em cumprimento ao cronograma de investimentos do contrato de concessão.

Comentário do Desempenho



Adicionalmente a Sociedade teve um desembolso de R\$28,7 milhões com obras e serviços de manutenção e conservação da rodovia. Foram realizadas obras de recuperação de pavimento de toda a malha rodoviária.

A Sociedade estima, em milhares de reais, em 30 de setembro de 2021, o montante de R\$28.480 (R\$53.610 em 31 de dezembro de 2020) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$2.812 (R\$3.998 em 31 de dezembro de 2020) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 estas obras estão estimadas em R\$65.380, as quais não estão incluídas no parágrafo acima.

COVID-19

Os impactos da pandemia da COVID-19 iniciada em meados de março de 2020 se estenderam por todo o 3T21, impactando diretamente o tráfego pedagiado. Durante o 3T21, foram sentidos os maiores impactos do alastramento do vírus no Brasil, e em consequência disso, as medidas de restrição sanitárias e protocolos foram adotados praticamente em todo o território nacional.

Diante desse cenário, a Sociedade manteve e aprimorou diversas medidas mitigantes e de proteção que já haviam sido tomadas logo no início da pandemia:

- ✓ Manutenção do Comitê de crise específico para avaliar os impactos e medidas necessárias a serem tomadas;
- ✓ Manutenção da política de home office para todos os colaboradores em funções administrativas e com condições de atuar nessa modalidade;
- ✓ Manutenção do rodízio de colaboradores das áreas operacionais em que não é possível a adoção de home office, evitando-se a exposição do maior número de colaboradores possível;
- ✓ Suspensão de viagens nacionais e internacionais;
- ✓ Suspensão de reuniões externas e reuniões com terceiros dentro dos escritórios;
- ✓ Constante comunicação da liderança trazendo todos os novos desdobramentos a respeito de conscientização dos riscos, prevenção, medidas tomadas e orientações das autoridades;

Comentário do Desempenho

- ✓ Atuação frente aos principais bancos a fim de preservar linhas de crédito e liquidez.

A tabela abaixo apresentada o comportamento do tráfego dentro do trimestre em comparação aos mesmos períodos do ano passado:

Veículos Equivalentes (em milhares de veículos)	3T21	2T21	3T20	Var% 3T21/2T21	Var% 3T21/3T20	9M21	9M20	Var% 9M21/9M20
Concessionárias do Interior Paulista - Intervias S/A	16.458	15.433	15.982	6,6%	3,0%	46.772	43.428	7,7%
Comercial	10.623	10.403	10.985	2,1%	-3,3%	30.861	29.148	5,9%
Passeio	5.835	5.029	4.997	16,0%	16,8%	15.911	14.279	11,4%

Considerações finais:

As Informações financeiras intermediárias da Sociedade, aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

Comentário do Desempenho



ANEXO 1 – TABELA Demonstração dos Resultados:

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (em R\$ mil)								
	3T21	2T21	3T20	Var% 3T21/2T21	Var% 3T21/3T20	9M21	9M20	Var% 9M21/9M20
RECETA OPERACIONAL BRUTA	142.807	128.111	126.277	11,5%	13,1%	393.805	352.229	11,8%
Receitas de pedágio	135.599	118.732	119.354	14,2%	13,6%	368.719	324.875	13,5%
Receitas de obras	4.276	5.922	4.715	-27,8%	-9,3%	15.565	20.949	-25,7%
Receitas acessórias	2.932	3.457	2.208	-15,2%	32,8%	9.521	6.405	48,6%
DEDUÇÕES DA RECETA	(11.890)	(10.566)	(10.518)	12,5%	13,0%	(32.618)	(27.761)	17,5%
RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA	130.917	117.545	115.759	11,4%	13,1%	361.187	324.468	11,3%
CUSTOS E DESPESAS	(36.867)	(37.913)	(36.681)	-2,8%	0,5%	(109.991)	(110.195)	-0,2%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(16.482)	(16.788)	(15.432)	-1,8%	6,8%	(50.183)	(45.817)	9,5%
Custo dos serv. de construção	(4.276)	(5.922)	(4.715)	-27,8%	-9,3%	(15.565)	(20.949)	-25,7%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(6.023)	(5.383)	(6.699)	11,9%	-10,1%	(17.754)	(18.376)	-3,4%
Remuneração da administração	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas tributárias	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(10.449)	(9.855)	(9.885)	6,0%	5,7%	(27.148)	(25.187)	7,8%
Outras receitas operacionais, líquidas	363	35	50	937,1%	626,0%	659	134	391,8%
EBITDA	94.050	79.632	79.078	18,1%	18,9%	251.196	214.273	17,2%
Margem EBITDA	74,3%	71,3%	71,2%	0,5 p.p.	0,8 p.p.	72,7%	70,6%	2,1 p.p.
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	(23.108)	(22.906)	(22.020)	0,9%	4,9%	(68.689)	(65.440)	5,0%
Depreciação de imobilizado	(172)	(150)	(286)	14,7%	-39,9%	(468)	(851)	-45,0%
Amortização do intangível	(22.200)	(22.032)	(21.595)	0,8%	2,8%	(66.030)	(64.118)	3,0%
Amortização do direito de uso	(736)	(724)	(139)		429,5%	(2.191)	(471)	365,2%
RESULTADO FINANCEIRO	(9.716)	(8.694)	(7.827)	11,8%	24,1%	(27.802)	(7.632)	264,3%
Receitas financeiras	19.337	11.065	6.655	74,8%	190,6%	37.522	39.233	-4,4%
Despesas financeiras	(29.053)	(19.759)	(14.482)	47,0%	100,6%	(65.324)	(46.865)	39,4%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	61.226	48.032	49.231	27,5%	24,4%	154.705	141.201	9,6%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(19.853)	(15.510)	(15.971)	28,0%	24,3%	(49.881)	(44.678)	11,6%
Corrente	(20.192)	(15.691)	(15.895)	28,7%	27,0%	(49.771)	(43.486)	14,5%
Diferido	339	181	(76)	87,3%	-546,1%	(110)	(1.192)	-90,8%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	41.373	32.522	33.260	27,2%	24,4%	104.824	96.523	8,6%
EBITDA AJUSTADO (em R\$ Mil)								
	3T21	2T21	3T20	Var% 3T21/2T21	Var% 3T21/3T20	9M21	9M20	Var% 9M21/9M20
EBITDA ¹	94.050	79.632	79.078	18,1%	18,9%	251.196	214.273	17,2%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	10.449	9.855	9.885	6,0%	5,7%	27.148	25.187	7,8%
EBITDA Ajustado ²	104.499	89.487	88.963	16,8%	17,5%	278.344	239.460	16,2%
Margem EBITDA Ajustado ²	82,5%	80,2%	80,1%	2,3 p.p.	2,4 p.p.	80,5%	78,9%	1,6 p.p.

¹) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas

contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto,

não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

²) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

* A Margem EBITDA considera a Receita Operacional Líquida, excluindo as Receitas de Obras.

A Intervias S/A é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto registrada na CVM. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os websites ri.arteris.com.br e www.cvm.gov.br (neste acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC. FR e outras informações”).

Via Anhanguera, km 168 - Caixa Postal 417
Araras/SP – 13600-970
+55 19 3543-6000

www.arteris.com.br

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), domiciliada no município de Araras, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 168 pista sul. Constituída em 28 de maio de 1999, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A.. A Sociedade iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 19/CIC/98, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob regime de concessão, pelo prazo de 28 anos, a exploração do sistema rodoviário, constituído pela Rodovia SP147 - Rodovia Engenheiro João Tosello; SP157 - Anel viário Prefeito Jamil Bacar; SPI 165/330 - Contorno Gilberto Silva Telles; SP191 - Rodovia Wilson Finardi; SP215 - Rodovia Doutor Paulo Lauro; SP330 - Rodovia Anhanguera e SP352 - Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, ou seja, aqueles a serem prestados pela concessionária, compreendendo as funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação; apoio na execução dos serviços não delegados, ou seja, os serviços de competência exclusiva do poder público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, ou seja, os serviços considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a concessionária.

A Arteris S.A. (“Controladora”) é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos a *holding* não financeira espanhola Participes em Brasil, o fundo Brookfield Aylesbury S.A.R.L., e a *holding* brasileira PDC Participações S.A. I. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controle é detido pela italiana Atlantia S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

A Arteris S.A. (“Controladora”) é uma Sociedade brasileira *holding* não financeira que possui o controle de diversas Sociedades de Propósito Específico (SPE’s) atuante no setor de concessões rodoviárias. A Arteris S.A. (“Controladora”) e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo Arteris” e individualmente como “entidade do Grupo”).

2. CONCESSÃO

No trimestre de 01 de julho de 2021 a 30 de setembro de 2021 (“trimestre”), e no período de 01 de janeiro de 2021 a 30 de setembro de 2021 (“período”), não ocorreram mudanças na concessão em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, exceto pelo mencionado abaixo:

Covid – 19

Em atendimento ao OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 02/2020 a Sociedade analisou os efeitos do coronavírus nas informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2021, face a situação adversa decorrente da pandemia do COVID-19, a Sociedade adotou diversas medidas e protocolos no sentido de preservar a integridade, saúde e a segurança de todos os seus colaboradores usuários e demais *stakeholders*, além de assegurar a continuidade dos serviços públicos prestados.

Diante do prolongamento do estado de calamidade pública originário da pandemia, a Sociedade, de modo complementar, implementou a suspensão do contrato de trabalho, conforme previsto na Lei nº 14.020/2020 (conversão da Medida Provisória 936/2020), dos empregados considerados como grupo de risco do COVID-19, e que não conseguiram remanescer atuando em suas respectivas funções, integrando-os ao Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda.

Ressalta-se, por fim, que as medidas mencionadas acima não excluem a adoção de medidas adicionais e complementares, como a inclusão de novo grupo de colaboradores no programa imediatamente acima mencionado, caso se verifique incompatibilidade para o desempenho de atividades, se o colaborador possuir novo diagnóstico, considerando-o no grupo de risco.

Notas Explicativas

3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - “Demonstração Intermediária”. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (última demonstração contábil anual). As informações contábeis intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Contudo, as informações contábeis intermediárias contêm notas explicativas que detalham os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Sociedade desde a sua última demonstração contábil anual.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Diretoria em 10 de novembro de 2021.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Sociedade conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários, bem como suas debêntures conforme os prazos divulgados nas notas explicativas 11, 12 e 13.

A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos. A Administração tem acesso aos acionistas e planos de aumento de capital, se for necessário.

A Administração reconhece que existe a possibilidade de uma certa incerteza sobre a capacidade da Sociedade para cumprir com às suas necessidades de financiamento e para refinaranciar ou pagar seus empréstimos bancários à medida que vencem. No entanto, conforme descrito acima, a administração tem uma expectativa razoável de que a Sociedade terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível e, portanto, com base no seu julgamento, concluiu que a incerteza remanescente não é material.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Sociedade utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os julgamentos significativos realizados pela Sociedade durante a aplicação das políticas contábeis e as informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material são as mesmas das divulgadas na última demonstração contábil anual.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias são as mesmas que as aplicadas na última demonstração contábil anual.

Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo “*International Accounting Standards Board – IASB*” nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Sociedade não adotou de forma antecipada para a preparação dessas Informações contábeis intermediárias.

- (a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)
- (b) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)
- (c) Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)

Notas Explicativas

- (d) Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
 (e) Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
 (f) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do período ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representados por:

<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Caixa e contas bancárias	1.324	2.063
Aplicações financeiras *	213.849	193.055
Total	<u>215.173</u>	<u>195.118</u>

<u>Aplicações financeiras</u>	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Fundos de investimentos **	68.650	16.340
Total	<u>68.650</u>	<u>16.340</u>

* Os recursos aplicados diretamente em títulos ou por meio de fundos de investimentos possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 98,4% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (77,1% em 31 de dezembro de 2020). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade.

** As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em NTN-B, NTN-F e LF, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6. CONTAS A RECEBER E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>30.09.2021</u>		<u>31.12.2020</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Pedágio eletrônico a receber	31.293	-	23.288	-
Cupons de pedágio a receber	258	-	263	-
Cartões de pedágio a receber	412	-	546	-
Receitas acessórias a receber (a)	1.006	489	167	6
Outras receitas a receber	2	-	2	-
Total	<u>32.971</u>	<u>489</u>	<u>24.266</u>	<u>6</u>

(a) Receitas acessórias referente ao uso da faixa de domínio.

Notas Explicativas

Cronograma de recebimento:

	30.09.2021		31.12.2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos a vencer	32.702	489	24.100	6
Créditos vencidos até 60 dias	189	-	39	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	80	-	127	-
	<u>32.971</u>	<u>489</u>	<u>24.266</u>	<u>6</u>

A Sociedade avalia a imparidade das contas a receber com base em: (a) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (b) avalia a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (c) avalia individualmente item (a) e (b) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas esperadas com recebíveis em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020. O prazo médio de recebimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da concessionária.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e de 2020 é como segue:

	30.09.2021		30.09.2020	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	61.226	154.705	49.231	141.201
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(20.817)	(52.600)	(16.739)	(48.008)
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	873	2.482	872	2.979
Outras diferenças permanentes	91	237	(104)	351
Total	<u>(19.853)</u>	<u>(49.881)</u>	<u>(15.971)</u>	<u>(44.678)</u>
Imposto Contabilizado	(19.853)	(49.881)	(15.971)	(44.678)
Créditos de imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	(20.192)	(49.771)	(15.895)	(43.486)
Diferido	339	(110)	(76)	(1.192)
	<u>(19.853)</u>	<u>(49.881)</u>	<u>(15.971)</u>	<u>(44.678)</u>
Alíquota efetiva de impostos	(32%)	(32%)	(32%)	(32%)

Notas Explicativas

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos patrimoniais estão representados por:

Não circulante	Imposto de renda e contribuição social diferido passivo	
	30.09.2021	31.12.2020
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Provisão de participação nos lucros	1.316	1.532
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (a)	1.588	2.411
Outras provisões	474	1.039
Provisão para manutenção de rodovias	1.719	3.494
Ajuste dos encargos financeiros (Risco Sacado)	-	(4)
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	850	118
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	5.947	8.590
Alíquota nominal	34%	34%
Total	2.022	2.921
<u>Diferenças temporárias passivas</u>		
Direito de concessão incorporado (b)	(8.299)	(9.281)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(23.317)	(23.317)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	12.036	10.699
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(19.580)	(21.899)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(6.657)	(7.446)
Total do imposto de renda e contribuição social	(4.635)	(4.525)

Notas Explicativas

Movimentos de resultados representados por:

	30.09.2021		30.09.2020	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Provisão de participação nos lucros	536	(216)	391	(765)
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (a)	(198)	(823)	510	255
Direito de concessão incorporado (b)	327	982	327	983
Outras provisões	162	(565)	495	622
Provisão para manutenção de rodovias	(518)	(1.775)	(2.398)	(5.966)
Ajuste dos encargos financeiros (Risco Sacado)	1	4	(2)	(2)
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	240	732	8	24
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)				
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	446	1.337	446	1.343
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	996	(324)	(223)	(3.506)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Total	339	(110)	(76)	(1.192)

- (a) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- (b) Crédito decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em setembro de 2006, e, até então, controlado na “parte B” do seu Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR. Com a incorporação da participação da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente, e pelo prazo da concessão contabilmente.
- (c) A partir de 1º de janeiro de 2014 a Sociedade congelou os saldos referente às mudanças de práticas contábeis, adotando antecipadamente a Lei nº 12.973/14. Dessa forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são: da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do Produto Interno Bruto - PIB, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.

Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade, apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, trazidos a valor presente, estão fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, que permitem a realização do ativo fiscal diferido.

Notas Explicativas

8. DIREITO DE USO

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (b)	Veículos (a)	Veículos operacionais (b)	Computadores e periféricos (c)	Imóveis (d)	Total
Custo direito de uso						
Saldo em 31.12.2020	-	172	7.939	259	23.235	31.605
Remensuração	-	-	13	-	-	13
Adições	-	13	802	-	-	815
Transferências/reclassificações	8.468	-	(8.468)	-	-	-
Saldo em 30.09.2021	<u>8.468</u>	<u>185</u>	<u>286</u>	<u>259</u>	<u>23.235</u>	<u>32.433</u>
Amortização acumulada						
Saldo em 31.12.2020	-	(47)	(251)	(244)	(96)	(638)
Amortização	(706)	(78)	(658)	(15)	(734)	(2.191)
Transferências/reclassificações	(702)	-	702	-	-	-
Saldo em 30.09.2021	<u>(1.408)</u>	<u>(125)</u>	<u>(207)</u>	<u>(259)</u>	<u>(830)</u>	<u>(2.829)</u>
Direito de uso líquido						
Saldo em 31.12.2020	-	125	7.688	15	23.139	30.967
Saldo em 30.09.2021	7.060	60	79	-	22.405	29.604
Taxas de depreciação - a.a.	13%	68%	72%	100%	4%	

Notas Explicativas

	Guinchos (b)	Veículos (a)	Veículos operacionais (b)	Computadores e periféricos (c)	Imóveis (d)	Total
Custo direito de uso						
Saldo em 31.12.2019	-	261	358	394	81	1.094
Adições	-	263	356	-	252	871
Saldo em 30.09.2020	-	524	714	394	333	1.965
Amortização acumulada						
Saldo em 31.12.2019	-	(178)	(233)	(263)	(52)	(726)
Amortização	-	(139)	(181)	(116)	(35)	(471)
Saldo em 30.09.2020	-	(317)	(414)	(379)	(87)	(1.197)
Direito de uso líquido						
Saldo em 31.12.2019	-	83	125	131	29	368
Saldo em 30.09.2020	-	207	300	15	246	768
Taxas de depreciação - a.a.	0%	27%	25%	29%	11%	

- (a) Refere-se a veículos administrativos.
- (b) Refere-se a veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais.
- (c) Refere-se a locação de computadores e impressoras.
- (d) Refere-se a locação de sedes administrativas, pedreiras e terrenos.

Notas Explicativas

9. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2020	1.953	5.555	-	2.110	9.618
Adições	4	773	221	355	1.353
Transferências/reclassificações	-	-	-	21	21
Saldo em 30.09.2021	<u>1.957</u>	<u>6.328</u>	<u>221</u>	<u>2.486</u>	<u>10.992</u>
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2020	(1.135)	(4.626)	-	(572)	(6.333)
Depreciações	(44)	(171)	(12)	(241)	(468)
Saldo em 30.09.2021	<u>(1.179)</u>	<u>(4.797)</u>	<u>(12)</u>	<u>(813)</u>	<u>(6.801)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2020	818	929	-	1.538	3.285
Saldo em 30.09.2021	778	1.531	209	1.673	4.191
Taxas de depreciação - a.a.	10%	18%	0%	14%	

Notas Explicativas

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2019	1.944	5.446	-	1.662	9.052
Adições	7	59	-	225	291
Saldo em 30.09.2020	<u>1.951</u>	<u>5.505</u>	<u>-</u>	<u>1.887</u>	<u>9.343</u>
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2019	(1.068)	(3.924)	-	(319)	(5.311)
Depreciações	(50)	(602)	-	(199)	(851)
Saldo em 30.09.2020	<u>(1.118)</u>	<u>(4.526)</u>	<u>-</u>	<u>(518)</u>	<u>(6.162)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2019	876	1.522	-	1.343	3.741
Saldo em 30.09.2020	833	979	-	1.369	3.181
Taxas de depreciação - a.a.	10%	18%	0%	14%	

Notas Explicativas

10. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Intangível em andamento	Total
<u>Custo do intangível</u>								
Saldo em 31.12.2020	1.243.013	28.434	60.152	4.003	21	1.335.623	-	1.335.623
Adições	13.861	-	-	1.263	166	15.290	1.089	16.379
Transferências/reclassificações (*)	615	-	-	(615)	(21)	(21)	-	(21)
Alienações/baixas	(4.630)	-	-	-	(166)	(4.796)	-	(4.796)
Saldo em 30.09.2021	<u>1.252.859</u>	<u>28.434</u>	<u>60.152</u>	<u>4.651</u>	<u>-</u>	<u>1.346.096</u>	<u>1.089</u>	<u>1.347.185</u>
<u>Amortização acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2020	(632.757)	(20.260)	(46.787)	(2.031)	-	(701.835)	-	(701.835)
Amortizações	(63.100)	(836)	(1.824)	(270)	-	(66.030)	-	(66.030)
Alienações/baixas	2.389	-	-	-	-	2.389	-	2.389
Saldo em 30.09.2021	<u>(693.468)</u>	<u>(21.096)</u>	<u>(48.611)</u>	<u>(2.301)</u>	<u>-</u>	<u>(765.476)</u>	<u>-</u>	<u>(765.476)</u>
<u>Intangível líquido</u>								
Saldo em 31.12.2020	610.256	8.174	13.365	1.972	21	633.788	-	633.788
Saldo em 30.09.2021	559.391	7.338	11.541	2.350	-	580.620	1.089	581.709
Taxas de amortização - a.a. (d)	7%	4%	5%	6%	0%		0%	

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Intangível em andamento	Total
<u>Custo do intangível</u>								
Saldo em 31.12.2019	1.219.955	28.434	60.152	3.998	102	1.312.641	-	1.312.641
Adições	20.847	-	-	-	410	21.257	-	21.257
Transferências/reclassificações	102	-	-	-	(102)	-	-	-
Alienações/baixas	(366)	-	-	-	(410)	(776)	-	(776)
Saldo em 30.09.2020	1.240.538	28.434	60.152	3.998	-	1.333.122	-	1.333.122
<u>Amortização acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2019	(552.568)	(19.198)	(44.355)	(1.701)	-	(617.822)	-	(617.822)
Amortizações	(61.264)	(783)	(1.824)	(247)	-	(64.118)	-	(64.118)
Alienações/baixas	274	-	-	-	-	274	-	274
Saldo em 30.09.2020	(613.558)	(19.981)	(46.179)	(1.948)	-	(681.666)	-	(681.666)
<u>Intangível líquido</u>								
Saldo em 31.12.2019	667.387	9.236	15.797	2.297	102	694.819	-	694.819
Saldo em 30.09.2020	626.980	8.453	13.973	2.050	-	651.456	-	651.456
Taxas de amortização - a.a. (d)	7%	4%	3%	7%	0%		0%	

Notas Explicativas

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 18.
- (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em setembro de 2006, da OHL Participações, que detinha participação no capital social da Sociedade. Esse valor está sendo amortizado linearmente até o final do período da concessão.
- (d) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados.
- (*) Reclassificação de bens físicos inicialmente classificados no intangível, sendo transferido para imobilizado.

Análise de *impairment*

A Administração vem acompanhando as projeções com o realizado de 30 de setembro de 2021 e concluiu que não possui qualquer indicativo para a constituição de provisão de *impairment*.

A Administração preparou as projeções de fluxo de caixa descontado da Sociedade, classificada como única UGC em 31 de dezembro de 2020, e concluiu que não há necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis, não identificando indicadores que pudessem gerar a necessidade de uma nova projeção, uma vez que as premissas se mantiveram as mesmas.

Para as análises de *impairment*, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB e à sua elasticidade, custos operacionais, inflação, período de projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.

Notas Explicativas

11. EMPRÉSTIMOS

A composição dos empréstimos é como segue:

Moeda	Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	30.09.2021	31.12.2020
Real	2ª Emissão de Nota Promissória	CDI + 3,5% a.a.	abr-21	Sem garantia	-	207.975
					-	207.975
				Custo de transação	-	(332)
				Total Geral	-	207.643
				Circulante	-	207.643
				Total	-	207.643

No dia 19 de abril de 2021 a Sociedade resgatou 100% da 2ª emissão série única das Notas Promissórias emitidas em 22 de abril 2020, o valor pago foi de R\$200.000 de principal e R\$11.335 referente a juros, totalizando R\$211.335.

Os saldos e movimentações dos empréstimos em 30 de setembro de 2021 estão representados por:

Moeda nacional	30.09.2021		30.09.2020	
	Circulante	Total	Circulante	Total
Saldo inicial	207.975	207.975	651	651
Captações/Renovações	-	-	203.108	203.108
Juros provisionados	3.360	3.360	5.226	5.226
Amortização de principal	(200.000)	(200.000)	(3.118)	(3.118)
Pagamento de juros	(11.335)	(11.335)	-	-
AVP/Risco sacado	-	-	(3)	(3)
	-	-	205.864	205.864

A 2ª Emissão de Nota Promissória da Sociedade possuiu cláusulas que, se descumpridas, implicaria no vencimento antecipado. Sendo as principais elencadas abaixo:

- (a) Apresentar trimestralmente, índice de alavancagem menor ou igual a 3,5, o qual é calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Alavancagem} = \frac{\text{Dívida Líquida}}{(\text{EBITDA Ajustado} - \text{Ônus fixo pago})}$$

Onde:

- (i) Dívida Líquida = soma de todos os saldos dos empréstimos e debentures menos todas as disponibilidades de caixa

Notas Explicativas

- (ii) EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA) Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais (*); (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais (*); e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice
- (iii) Ônus Fixo Pago = a soma dos pagamentos dos últimos 12 (doze) meses realizados ao Poder Concedente referentes ao direito de outorga fixo
- (b) Apresentar trimestralmente, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida igual ou superior a 1,20, o qual é calculado de acordo com a seguinte fórmula

$$\text{ICSD} = \frac{\text{Disponibilidades} + \text{FCAO}}{\text{Dívida Curto Prazo}}$$

(*) Não existem saldos considerados como outras despesas e receitas não operacionais

Onde:

- (i) Disponibilidades = saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras
- (ii) FCAO = Fluxo de Caixa de Atividade Operacionais apresentado no fluxo de caixa indireto da Emissora dos últimos 12 (doze) meses
- (iii) Dívida Curto Prazo = soma de todos os saldos dos empréstimos e debêntures vincenda nos 12 (doze) meses subsequentes ao período de apuração.

A Sociedade cumpriu às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima.

12. RISCO SACADO

A composição do risco sacado é como segue:

Moeda	Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	30.09.2021	31.12.2020
Real	Risco sacado	0,57% a.m.	Até 60 dias	Aval acionista	-	659
Total Geral					-	659
Circulante					-	659
Total					-	659

Os saldos e movimentações dos riscos sacados em 30 de setembro de 2021 estão representados por:

Notas Explicativas

Moeda nacional	30.09.2021		30.09.2020	
	Circulante	Total	Circulante	Total
Saldo inicial	659	659	651	651
Captações/Renovações	3.433	3.433	3.108	3.108
Amortização de principal	(4.096)	(4.096)	(3.118)	(3.118)
AVP/Risco sacado	4	4	(3)	(3)
	-	-	638	638

13. DEBÊNTURES

Composição das debêntures é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	30.09.2021	31.12.2020
5º emissão - 2ª Serie	191.177	CDI+0,90% a.a.	mai-23	195.027	191.853
5º emissão - 3ª Serie	282.813	CDI+1,35% a.a.	mai-25	288.998	283.973
5º emissão - 4ª Serie	126.010	IPCA+6,76% a.a.	mai-25	153.188	140.690
7º emissão - Série única	400.000	CDI+0,69% a.a.	set-24	400.317	402.700
8º emissão - Série única	500.000	CDI+1,66% a.a.	mai-26	511.631	-
				1.549.161	1.019.216
			Custo de transação	(4.864)	(2.858)
			Total	1.544.297	1.016.358
			Circulante	253.451	5.008
			Não circulante	1.290.846	1.011.350
			Total	1.544.297	1.016.358

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda local	30.09.2021			30.09.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	5.700	1.013.516	1.019.216	211.191	1.007.469	1.218.660
Captações/Renovações	-	500.000	500.000	-	-	-
Juros provisionados	47.052	9.890	56.942	36.184	2.304	38.488
Amortização de principal	-	-	-	(200.000)	-	(200.000)
Pagamento de juros	(26.997)	-	(26.997)	(37.707)	-	(37.707)
Transferências	228.922	(228.922)	-	(509)	509	-
	254.677	1.294.484	1.549.161	9.159	1.010.282	1.019.441
Custo de transação	(1.226)	(3.638)	(4.864)	(197)	(2.845)	(3.042)
Saldo final	253.451	1.290.846	1.544.297	8.962	1.007.437	1.016.399

Notas Explicativas

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração incidente entre as datas de emissão e da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
5º emissão - 2ª Serie	15.05.2018	191.177	1	11.06.2018	191.177
5º emissão - 3ª Serie	15.05.2018	282.813	1	11.06.2018	282.813
5º emissão - 4ª Serie	15.05.2018	126.010	1	11.06.2018	126.010
7º emissão - Série única	25.09.2019	400.000	1	11.06.2018	400.000
8º emissão - Série única	07.05.2021	500.000	1	14.05.2021	500.000
		<u>1.500.000</u>			<u>1.500.000</u>

Em 30 de setembro de 2021, as parcelas de longo prazo apresentam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2022	133.333
2023	378.371
2024	282.780
2025	250.000
Após 2025	<u>250.000</u>
	<u>1.294.484</u>

As debêntures da 5ª, 7ª e 8ª Emissão da Sociedade não apresentam garantias.

As escrituras de emissão da 5ª, 7ª e 8ª emissão de debêntures da Sociedade possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Sendo as principais elencadas abaixo:

- (a) Apresentar trimestralmente, índice de alavancagem menor ou igual a 3,5, o qual é calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Alavancagem} = \frac{\text{Dívida Líquida}}{(\text{EBITDA Ajustado} - \hat{\text{Ônus fixo pago}})}$$

Onde:

- (i) Dívida Líquida = soma de todos os saldos dos empréstimos e debêntures menos todas as disponibilidades de caixa
- (ii) EBITDA Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais (*); (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais (*); e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice
- (iii) Ônus Fixo Pago = a soma dos pagamentos dos últimos 12 (doze) meses realizados ao Poder Concedente referentes ao direito de outorga fixo

Notas Explicativas

- (b) Apresentar trimestralmente, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida igual ou superior a 1,20, o qual é calculado de acordo com a seguinte fórmula

$$\text{ICSD} = \frac{\text{Disponibilidades} + \text{FCAO}}{\text{Dívida Curto Prazo}}$$

(*) Não existem saldos considerados como outras despesas e receitas não operacionais

Onde:

- (i) Disponibilidades = saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras
- (ii) FCAO = Fluxo de Caixa de Atividade Operacionais apresentado no fluxo de caixa indireto da Emissora dos últimos 12 (doze) meses
- (iii) Dívida Curto Prazo = soma de todos os saldos dos empréstimos e debentures vincenda nos 12 (doze) meses subsequentes ao período de apuração.

A Sociedade está cumprindo às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, na data das informações contábeis intermediárias.

14. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	30.09.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	2.992	28.093	31.085	347	50	397
Remensuração	-	13	13	-	-	-
Adições/(Reversões)	-	815	815	(141)	31.501	31.360
Utilização*	(3.793)	-	(3.793)	(982)	-	(982)
Ajuste a valor presente - AVP	2.334	-	2.334	310	-	310
Transferências	328	(328)	-	3.458	(3.458)	-
	<u>1.861</u>	<u>28.593</u>	<u>30.454</u>	<u>2.992</u>	<u>28.093</u>	<u>31.085</u>

Em 30 de setembro de 2021, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2022	2.757
2023	2.680
2024	2.680
2025	2.537
Após 2025	<u>17.939</u>
	<u>28.593</u>

Notas Explicativas

(*) Das utilizações, os pagamentos efetuados no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$1.913 (R\$434 em 30 de setembro de 2020).

O potencial PIS/Cofins (3,65%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no período findo em 30 de setembro de 2021 são respectivamente R\$62 e R\$287 para PIS e Cofins.

A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a taxa média consolidada é de 8,6% a.a.. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da Sociedade.

Para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e de 2020, houveram despesas relativas a arrendamentos não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamentos conforme demonstrado abaixo:

	30.09.2021		31.12.2020	
	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)
Imóveis (d)	46	-	-	-
Equipamentos Administrativos	-	55	-	10
	<u>46</u>	<u>55</u>	<u>-</u>	<u>10</u>

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com a controladora e demais partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e debêntures privadas para capital de giro.

Os saldos e as transações realizadas em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, com a controladora e demais partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Ativo circulante	30.09.2021	31.12.2020
Controladora / Outras Partes Relacionadas		
Contas a receber:		
Autovias S.A. (a)	371	242
Centrovias S.A. (a)	77	73
Vianorte S.A. (a)	206	128
Contas a receber de partes relacionadas circulante	<u>654</u>	<u>443</u>
Debêntures a receber:		
Arteris S.A.- controladora (c)	-	524.637
Empréstimos a receber de partes relacionadas circulante	<u>-</u>	<u>524.637</u>
Total parte relacionada no ativo circulante	<u>654</u>	<u>525.080</u>

Notas Explicativas

Ativo não circulante	30.09.2021	31.12.2020
Debêntures a receber:		
Arteris S.A.- controladora (c)	1.011.962	103.966
Empréstimos a receber de partes relacionadas não circulante	1.011.962	103.966
Total do ativo não circulante	1.011.962	103.966
Passivo circulante	30.09.2021	31.12.2020
Controladora / Outras Partes Relacionadas		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (a)	2.851	2.997
Planalto Sul S.A. (a)	-	2
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	179	144
ViaPaulista S.A. (a)	69	-
Passivos com partes relacionadas circulante	3.099	3.143
Juros sobre capital próprio:		
Arteris S.A.- controladora (d)	4.344	1.180
Arteris Participações (d)	4.174	1.134
Total dos juros sobre capital próprio a pagar	8.518	2.314
Total do passivo circulante	11.617	5.457

	PERÍODO					
	30.09.2021			30.09.2020		
	Conservação da rodovia (b)	Receitas (Despesas) financeiras líquidas (c)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	Receitas (Despesas) financeiras líquidas (c)	Despesas gerais (a)
Contas de Resultado:						
Controladora						
Arteris S.A.	-	27.408	(11.705)	-	22.257	(9.086)
Outras partes relacionadas						
Litoral Sul S.A.	-	-	(37)	-	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	(2)	-	(24)	(1.365)	-	-
ViaPaulista S.A.	-	-	(126)	-	-	-
Total	(2)	27.408	(11.892)	(1.365)	22.257	(9.086)

Notas Explicativas

Contas de Resultado:	TRIMESTRE					
	30.09.2021			30.09.2020		
	Conservação da rodovia (b)	Receitas (Despesas) financeiras líquidas (c)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	Receitas (Despesas) financeiras líquidas (c)	Despesas gerais (a)
<u>Controladora</u>						
Arteris S.A.	-	12.802	(3.949)	-	6.047	(3.293)
<u>Outras partes relacionadas</u>						
Litoral Sul S.A.	-	-	(37)	-	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	(2)	-	(24)	(456)	-	-
ViaPaulista S.A.	-	-	(126)	-	-	-
Total	(2)	12.802	(4.136)	(456)	6.047	(3.293)

- (a) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da “*Holding*”, com base na receita das empresas do grupo, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsadas com vencimento médio de 45 dias.
- (b) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, com regime de contratação por preço unitário, fixo e sem previsão de reajustes por se tratar de contratos firmados para apenas 12 meses, com vigência de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021.
- (c) Refere-se a instrumento particular de escritura da 4ª, 6ª, 8ª e 10ª emissões de debêntures, de série única e não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado com a Arteris S.A. para suprir a necessidade de capital de giro da controladora. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do DI (Depósito Interfinanceiro) acrescido do *spread* variando de 1,0% a 2,0% ao ano, com vencimento do principal e juros conforme quadro abaixo:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	30.09.2021		31.12.2020	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
25.06.2015	31.12.2024	CDI + 2,0% a.a.	226.410	154.762	226.410	141.303
02.08.2018	31.12.2024	CDI + 1,2% a.a.	100.000	16.024	100.000	12.680
14.11.2018	31.12.2024	CDI + 1,2% a.a.	40.000	5.553	40.000	4.244
21.10.2019	31.12.2024	CDI + 1,0% a.a.	35.000	2.496	35.000	1.474
05.11.2019	31.12.2024	CDI + 1,0% a.a.	15.000	1.034	15.000	596
19.11.2019	31.12.2024	CDI + 1,0% a.a.	50.000	3.348	50.000	1.896
26.01.2021	31.12.2024	CDI + 1,0% a.a.	65.000	1.697	-	-
20.08.2021	31.12.2024	CDI + 1,0% a.a.	50.000,00	302,00	-	-
20.09.2021	31.12.2024	CDI + 1,0% a.a.	145.000,00	266,00	-	-
27.09.2021	31.12.2024	CDI + 1,0% a.a.	100.000,00	70,00	-	-
			826.410	185.552	466.410	162.193

Notas Explicativas

Ativos Circulante e Não Circulante	30.09.2021			30.09.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	524.637	103.966	628.603	-	604.799	604.799
Captações/Liberação	-	360.000	360.000	-	-	-
Juros provisionados	17.972	9.510	27.482	-	22.257	22.257
IR recuperar	(2.697)	(1.426)	(4.123)	-	(3.339)	(3.339)
Transferências	(539.912)	539.912	-	-	-	-
Saldo final	-	1.011.962	1.011.962	-	623.717	623.717

(d) Saldo a pagar de juros sobre o capital próprio conforme nota explicativa 20.b.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 a Latina Manutenções de Rodovias realizou obras passíveis de registro no intangível da Sociedade no montante de R\$1.662 (R\$554, em 30 de setembro de 2020). As obras executadas, possuem condições específicas entre as partes e vencimento médio de 30 dias.

No decorrer do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, a Sociedade reconheceu o montante de R\$1.056 a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos, adicionado de R\$1.669 relativo ao rateio da “Holding”, que totalizam R\$2.725 (R\$1.812, em 30 de setembro de 2020), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos de até R\$1.522. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas.

Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

As transações com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo dessa participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados na rubrica “Obrigações sociais” em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são de R\$1.316 e R\$1.532, respectivamente.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Notas Explicativas

17. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	30.09.2021	31.12.2020
Imposto de renda - IRPJ	13.166	15.252
Contribuição social - CSLL	5.379	5.740
	<u>18.545</u>	<u>20.992</u>
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	435	466
Programa de integração social - PIS	295	269
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.363	1.243
Tributos federais retidos	272	446
	<u>2.365</u>	<u>2.424</u>
Total impostos federais	<u>20.910</u>	<u>23.416</u>
Impostos municipais		
Impostos sobre serviços - ISS	2.366	2.270
Total	<u>23.276</u>	<u>25.686</u>

18. CREDORES PELA CONCESSÃO

Refere-se ao valor do ônus da concessão, devidos ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão foi liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em fevereiro de 2000 e a última em janeiro de 2020. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

Circulante	Valor presente		Valor real em (*)	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Parcela variável (a/b)	917	816	917	816
Total	<u>917</u>	<u>816</u>	<u>917</u>	<u>816</u>

(*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do período, inseridos somente como informação adicional.

(a) Valor variável correspondente a 1,5% da receita bruta de pedágio e acessórias mensal. Em 14 de dezembro de 2013, o Conselho Diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas da Sociedade).

(b) Valor variável complementar correspondente a 22,0% das receitas mensais acessórias efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

O valor pago pela Sociedade no decorrer do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e de 2020 ao Poder Concedente foram respectivamente de R\$7.715 (parcela variável) e de R\$7.192 (R\$800 de parcela fixa e R\$6.392 de parcela variável).

Notas Explicativas

19. PROVISÕES

a) Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e de 2020 é conforme segue:

	31.12.2020	Adições	Reversões	Pagamentos	30.09.2021
Cíveis	1.731	851	(409)	(771)	1.402
Trabalhistas	680	103	(79)	(518)	186
Fiscal	-	27	-	(27)	-
Total	2.411	981	(488)	(1.316)	1.588

	31.12.2019	Adições	Reversões	Pagamentos	30.09.2020
Cíveis	1.037	1.399	(404)	(440)	1.592
Trabalhistas	1.350	314	(303)	(352)	1.009
Regulatório	83	124	(83)	-	124
Total	2.470	1.837	(790)	(792)	2.725

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível de perda por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados conforme segue:

Possíveis	30.09.2021	31.12.2020
Cíveis	1.827	1.210
Trabalhistas	398	248
Regulatório	1.147	229
Fiscal	2.769	2.695
Total	6.141	4.382

Os processos possíveis classificados como cíveis decorrem em sua maioria da operação da rodovia, os principais tratam de ações referentes a acessos a rodovia, faixa de domínio, objetos e animais na pista, etc.

Os depósitos judiciais no montante de R\$216 (R\$296 em 31 de dezembro de 2020), classificado no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais para as quais R\$120 (R\$110 em 31 de dezembro de 2020) há provisão registrada, por se tratar de prognóstico provável, os demais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

b) Provisão para manutenção

A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 3,7% a.a. em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, considerando os valores da próxima intervenção, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 5 anos.

A movimentação do saldo da provisão para manutenção durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e de 2020 é conforme segue:

Notas Explicativas

	Manutenção em rodovia		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2020	3.494	-	3.494
Adições/Reversões	27.148	-	27.148
Utilizações	(29.001)	-	(29.001)
Ajuste a valor presente	78	-	78
Transferências	(993)	993	-
Saldo em 30.09.2021	<u>726</u>	<u>993</u>	<u>1.719</u>

	Manutenção em rodovia		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2019	11.320	-	11.320
Adições/Reversões	24.325	862	25.187
Utilizações	(31.515)	-	(31.515)
Ajuste a valor presente	-	362	362
Transferências	<u>1.224</u>	<u>(1.224)</u>	<u>-</u>
Saldo em 30.09.2020	<u>5.354</u>	<u>-</u>	<u>5.354</u>

Em relação ao período de 95 meses adicionado ao contrato de concessão da Intervias através do TAM nº 14/06, os investimentos e manutenções para tal período ainda dependem de definição e aprovação da ARTESP, bem como do estabelecimento do devido reequilíbrio econômico e financeiro ao contrato de concessão.

Os pagamentos efetuados no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 referentes às manutenções realizadas foram de R\$28.711 (R\$30.103 em 30 de setembro de 2020).

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2021 e de 31 de dezembro de 2020 é de R\$129.625, compostos por 4.763.110 ações ordinárias e sem valor nominal.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

Juros sobre o capital próprio

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de Imposto de Renda.

21. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do trimestre é como segue:

	30.09.2021		30.09.2020	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita de serviços prestados	135.599	368.719	119.354	324.875
Receita de serviços de construção	4.276	15.565	4.715	20.949
Outras receitas	2.932	9.521	2.208	6.405
Receita bruta	142.807	393.805	126.277	352.229
ISSQN	(6.816)	(18.763)	(6.065)	(16.524)
PIS	(901)	(2.459)	(790)	(1.994)
COFINS	(4.156)	(11.347)	(3.646)	(9.205)
Outras deduções	(17)	(49)	(17)	(38)
Receita líquida	130.917	361.187	115.759	324.468

22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	30.09.2021		30.09.2020	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos:				
Com pessoal	(5.845)	(18.165)	(5.722)	(15.830)
Serviços de terceiros	(2.289)	(6.958)	(2.321)	(6.964)
Conservação	(2.761)	(9.849)	(2.812)	(9.354)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(444)	(981)	(290)	(989)
Consumo	(616)	(1.647)	(547)	(1.784)
Transportes	(1.134)	(3.131)	(779)	(2.811)
Seguros / Garantias	(601)	(1.496)	(601)	(1.481)
Ônus variável	(2.737)	(7.816)	(2.333)	(6.445)
Provisão de manutenção em rodovias	(10.449)	(27.148)	(9.885)	(25.187)
Custos de serviços da construção	(4.276)	(15.565)	(4.715)	(20.949)
Depreciação / Amortização	(22.376)	(66.590)	(21.445)	(63.774)
Amortização da Outorga	(279)	(836)	(279)	(783)
Outros	(55)	(140)	(27)	(159)
Total	(53.862)	(160.322)	(51.756)	(156.510)

Notas Explicativas

	30.09.2021		30.09.2020	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas:				
Com pessoal	(3.804)	(11.234)	(3.190)	(8.536)
Serviços de terceiros	(570)	(1.747)	(751)	(2.130)
Manutenção de bens e conservação	(562)	(1.711)	(516)	(1.710)
Consumo	(262)	(995)	(497)	(985)
Transportes	(62)	(71)	(64)	(40)
Seguros/Garantias	(10)	(32)	(63)	(79)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(341)	(493)	(1.260)	(1.047)
Comunicação e marketing	(97)	(296)	(70)	(217)
Indenizações à terceiros	(86)	(253)	(78)	(2.750)
Publicações legais	(14)	(248)	(7)	(194)
Depreciação / Amortização	(453)	(1.263)	(296)	(883)
Outros	(215)	(674)	(203)	(688)
Total	<u>(6.476)</u>	<u>(19.017)</u>	<u>(6.995)</u>	<u>(19.259)</u>

23. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	30.09.2021		30.09.2020	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Juros ativos	12.802	27.482	6.047	22.257
Aplicações financeiras	6.535	9.875	608	2.263
Créditos fiscais (*)	-	-	63	14.502
Outras receitas	-	165	(63)	211
Total	<u>19.337</u>	<u>37.522</u>	<u>6.655</u>	<u>39.233</u>
	30.09.2021		30.09.2020	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(27.383)	(60.376)	(13.450)	(43.714)
Atualização monetária do ônus da concessão	-	-	-	(3)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(789)	(2.400)	(75)	(396)
Outras despesas	(850)	(2.517)	(872)	(2.667)
Total	<u>(29.022)</u>	<u>(65.293)</u>	<u>(14.397)</u>	<u>(46.780)</u>

(*) Créditos fiscais na atualização de impostos a recuperar e recuperação de créditos com PIS e a COFINS. A partir de 01.07.2015, as alíquotas do PIS e COFINS sobre receitas financeiras, inclusive decorrentes de operações realizadas para fins de hedge, auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições, serão de 0,65% e 4%, respectivamente, de acordo com o Decreto N° 8.426, de 1º de Abril de 2015. Porém após a Instrução Normativa RFB N° 1731, de 22 de agosto de 2017, as tributações destes impostos não se aplicam a companhias de concessões rodoviárias, que após apresentação dos Pedidos Eletrônicos de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP), gerou o crédito fiscal estornando os impostos já reconhecidos.

Notas Explicativas**24. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

a) Informações suplementares

	30.09.2021	30.09.2020
Total das adições de intangível	16.379	21.257
Total das adições de imobilizado	1.353	291
	<u>17.732</u>	<u>21.548</u>
Aquisição (adições)	(17.732)	(21.548)
Fornecedores	528	(3.053)
Obrigações fiscais	2.026	7.703
Contas a pagar - partes relacionadas	35	144
Cauções contratuais	(1.279)	(200)
Realização manutenção ICPC 01 em rodovias	(29.001)	(31.515)
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível	<u>(45.423)</u>	<u>(48.469)</u>
Fluxo de caixa Imobilizado	(1.353)	(291)
Fluxo de caixa Intangível	(44.070)	(48.178)
Total dos Fluxos de caixa de Imobilizado e Intangível	<u>(45.423)</u>	<u>(48.469)</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de períodos anteriores menos valores a pagar no período , que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	(27.691)	(26.921)
	<u>30.09.2021</u>	<u>30.09.2020</u>
Outras transações que não envolveram caixa:		
Juros sobre capital próprio propostos e não pagos	6.204	5.269

25. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico do lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e diluído por ação.

Notas Explicativas

	30.09.2021		30.09.2020	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Básico/Diluído</u>				
Lucro do período	41.373	104.824	33.260	96.523
Número de ações durante período (*)	4.763	4.763	4.763	4.763
Lucro por ação	8,68630	22,00800	6,98300	20,26520

(*) Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e de 2020, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações contábeis, conforme quadro a seguir:

	Nível	Mensuração (*)	30.09.2021		31.12.2020	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixa e Equivalentes de caixa	Nível 2	1	215.173	215.173	195.118	195.118
Aplicações financeiras	Nível 2	1	68.650	68.650	16.340	16.340
Contas a receber clientes	Nível 2	2	32.971	32.971	24.266	24.266
Contas a receber - partes relacionadas	Nível 2	2	654	654	525.080	525.080
Debêntures privadas - partes relacionadas	Nível 2	2	1.011.962	1.011.962	103.966	103.966
Outros Créditos	Nível 2	2	2.351	2.351	1.096	1.096
			<u>1.331.761</u>	<u>1.331.761</u>	<u>865.866</u>	<u>865.866</u>
Passivo						
Empréstimos	Nível 2	2	-	-	207.643	208.929
Empréstimos - Risco sacado	Nível 2	2	-	-	659	659
Juros sobre capital próprio a pagar	Nível 2	2	8.518	8.518	2.314	2.314
Contas a pagar - partes relacionadas	Nível 2	2	3.099	3.099	3.143	3.143
Debêntures (**)	Nível 2	1	1.531.143	1.563.694	1.019.216	1.011.475
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	2	11.625	11.625	13.104	13.104
Credores pela concessão	Nível 2	2	917	917	816	816
Outras contas a pagar	Nível 2	2	3.111	3.111	1.591	1.591
Arrendamento mercantil a pagar (CPC 06 (R2))(***)	Nível 2	2	30.454	30.454	31.085	31.085
			<u>1.588.867</u>	<u>1.621.418</u>	<u>1.279.571</u>	<u>1.273.116</u>

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

(**) Valor bruto

(***) Não é escopo do CPC 48

Mensuração do valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Notas Explicativas

- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Técnicas de mensuração do valor justo:

A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas são avaliadas pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo.

Os valores contábeis das debêntures privadas a receber com partes relacionadas, por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas do Grupo Arteris, consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos.

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas pós-fixadas tais como CDI aproximam-se dos seus valores justos uma vez que esses instrumentos estão sujeitos a taxas variáveis.

Já as debêntures tiveram seus valores justos calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

27. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado tais como taxas de juros que irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 30 de setembro de 2021, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos e debêntures sujeitos a taxas variáveis).

Notas Explicativas

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento em pontos bases

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	8,50%	10,63%	12,75%
Juros a incorrer - Empréstimos e Debêntures (*)	(137.101)	167.127	197.153
Receita de aplicações financeiras	23.628	29.535	35.442
Receita financeira de mútuo e Debêntures privadas (*)	41.253	50.246	59.240
Juros a incorrer CDI líquido (*)	<u>(72.220)</u>	<u>246.908</u>	<u>291.835</u>
IPCA	4,14%	5,18%	6,21%
Juros a incorrer - Debêntures	<u>(17.126)</u>	<u>(18.819)</u>	<u>(20.512)</u>
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	<u>(17.126)</u>	<u>(18.819)</u>	<u>(20.512)</u>
Juros a incorrer líquido no resultado	<u>(89.346)</u>	<u>228.089</u>	<u>271.323</u>

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 01 de outubro de 2021, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias a Sociedade prevê interromper a prestação de serviços em casos de inadimplementos

Em 30 de setembro de 2021, a Sociedade apresenta valores a receber no valor de R\$31.293 (R\$23.288 em 31 de dezembro de 2020) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Movemais Meios de Pagamentos Ltda, Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A., Veloe - Companhia Brasileira de Soluções e Serviços S.A., Cielo S.A., Greenpass Tecnologia em Pagamentos S.A. e Auto Expresso - DBTRANS S.A., decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registradas na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

c) Risco de liquidez e gestão de capital

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo Arteris irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo Arteris na gestão do risco de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo Arteris.

Notas Explicativas

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de debêntures é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos. A Administração tem acesso aos acionistas e planos de aumento de capital, se for necessário.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2021	2022	2023	2024	2025 em diante	Total
Debêntures - CDI	8,45%	26.394	307.547	293.464	324.568	673.577	1.625.550
Debêntures - IPCA	9,75%	5.033	10.889	12.036	108.070	112.349	248.377
Fornecedores e cauções contratuais	-	6.303	5.322	-	-	-	11.625
Fornecedores partes relacionadas	-	3.099	-	-	-	-	3.099
Credores pela concessão	-	917	-	-	-	-	917
Outras contas a pagar	-	3.111	-	-	-	-	3.111
		<u>44.857</u>	<u>323.758</u>	<u>305.500</u>	<u>432.638</u>	<u>785.926</u>	<u>1.892.679</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	30.09 a 31.12.2021	01.01 a 30.04.2022	01.05 a 31.07.2022	01.08 a 31.10.2022	Total
Debêntures - CDI	8,45%	26.394	13.038	122.412	146.979	308.823
Debêntures - IPCA	9,75%	5.033	-	5.249	-	10.282
Fornecedores e cauções contratuais	-	6.303	1.478	1.128	2.716	11.625
Fornecedores partes relacionadas	-	3.099	-	-	-	3.099
Credores pela concessão	-	917	-	-	-	917
Outras contas a pagar	-	3.111	-	-	-	3.111
		<u>44.857</u>	<u>14.516</u>	<u>128.789</u>	<u>149.695</u>	<u>337.857</u>

Notas Explicativas

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

29. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários, todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 30 de setembro de 2021, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	38.665
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	269.800

(*) Por sinistro

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Pagamento de Debêntures

No dia 5 de novembro de 2021 a sociedade realizou o pagamento no montante de R\$15.683 relativo a primeira parcela de juros da série única da 8ª Emissão de Debêntures.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da
Concessionária de Rodovias do Interior Paulista
Araras – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. ("Sociedade") contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outro Assunto - Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 10 de novembro de 2021.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/F

Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC 1SP293539/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021.

Araras, 10 de novembro de 2021

Andre Giavina Bianchi
Diretor Executivo de Operações

Helvécio Tamm de Lima Filho
Diretor de Operações

Simone Aparecida Borsato
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Marcelo de Souza
Diretor de Manutenção

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da KPMG Auditores Independentes.

Araras, 10 de novembro de 2021

Andre Giavina Bianchi
Diretor Executivo de Operações

Helvécio Tamm de Lima Filho
Diretor de Operações

Simone Aparecida Borsato
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Marcelo de Souza
Diretor de Manutenção